

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
INFORME SEBIB Nº 21/14

A Seção da Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO PÚBLICO Nº 224 – mai/2014
SUMÁRIO

- ISS sobre *leasing* e o entendimento do STJ no Recurso Especial nº 1.060.210/SC. Definição do município competente para a exigência do imposto – *André Felipe Batista dos Santos*
- Tratamento tributário dos contratos de compartilhamento de custos e despesas e a Solução de Divergência nº 23, de 2013 – *Arthur Pereira Muniz Barreto*
- A Lei nº 12.546/2011, suas alterações, e a possibilidade jurídica das empresas questionarem a mudança da base de cálculo da contribuição previdenciária quando, ao invés de uma desoneração, houver um aumento da carga tributária, recentes decisões judiciais – *Cláudio Tessari*
- Efeitos societários, fiscais e contábeis da extinção da reserva de reavaliação de bens pela Lei 11.638/2007, da criação do grupo “ajuste de avaliação patrimonial” e da utilização do custo atribuído (*deemed cost*) – *David Gonçalves de Andrade Silva e Eduardo Arrieiro Elias*
- Participação nos lucros e resultados: requisitos para a não incidência da contribuição previdenciária na visão do Carf – *Eduardo Maneira e Daniel Serra Lima*
- Os efeitos fiscais da mudança no critério de avaliação de investimentos (um paralelo contábil/fiscal em contextualização com o RTT) – *Emmanuel Garcia Abrantes*
- Prazos prescricional e decadencial no procedimento de compensação tributária no âmbito federal – *Fabício Costa Resende de Campos*
- A autonomia relativa da obrigação tributária acessória em relação à obrigação tributária principal – *Hélcio Lafetá Rios*
- Duas reflexões sobre PIS-Cofins – *Ives Gandra da Silva Martins*

- Resolução do Senado Federal nº 13, de 25 de abril de 2012: considerações a respeito da natureza jurídica e dos limites formais – *Marcelo Fróes Del Fiorentino*

- Os efeitos das decisões do STF em matéria tributária e argumentos consequentialistas: o perigo da legitimação de uma constitucionalidade inútil – *Marcelo Hugo de Oliveira Campos*

- A autonomia do Direito Tributário e os conceitos de Direito Privado: a incidência do IOF/Crédito sobre os contratos de mútuo de recursos financeiros – *Ramon Tomazela Santos*

- Atividade de incorporação imobiliária. ITBI e ISS: análise da incidência sobre contratos de promessa de compra e venda, contrato de permuta e aquisição do terreno com projeto de construção aprovado. A base de cálculo do ITBI no contrato de incorporação a preço de custo – *Sacha Calmon Navarro Coelho, Misabel Abreu Machado Derzi e Eduardo Junqueira Coelho*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados

Salvador, 20 de maio de 2014